

BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- reestruturação:

uma nova dinâmica de leitura

Maria Vanda Vieira de Freitas

- BREVE RESENHA HISTÓRICA

A Câmara Municipal de Lisboa, tem vindo desde os fins do século passado, a prestar aos seus munícipes um serviço de leitura pública.

Este serviço nasceu com os movimentos da reforma do ensino nos últimos anos do liberalismo, nomeadamente com a reforma de António da Costa Macedo, Ministro da Instrução (1870). Entre os princípios que dominam a sua reforma assume relevância especial, a proposta de descentralização do ensino de que foi um acérrimo defensor.

Pretendia arrancar a instrução primária ao Ministério do Reino e entregar às autarquias locais.

Esta proposta foi devidamente legalizada, dando origem à Lei da Descentralização de Rodrigues Sampaio.

É ainda sob o seu impulso e influência que se vão constituir as primeiras bibliotecas municipais populares junto das escolas públicas.

A Municipalidade de Lisboa vem dar uma resposta condigna à lei da descentralização em primeiro lugar com a fundação da modelar escola municipal n.º 1 e consequentemente com outras tantas escolas primárias, bem como através do investimento noutras ações e equipamentos culturais, entre eles, as bibliotecas.

A primeira notícia sobre bibliotecas municipais data de 1880 e refere-se a um requerimento submetido a despacho em 31 de Maio do mesmo ano, apresentado pelos professores das escolas oficiais e municipais no qual solicitavam um subsídio para a criação de uma biblioteca pedagógica, instituição esta com a qual pretendiam celebrar o tri-centenário de Camões e uma proposta do Dr. Joaquim José Alves "proponho que a Câmara empregue os meios que julgar convenientes para o estabelecimento de bibliotecas municipais, onde as classes menos favoráveis da fortuna, possam por meio de bons livros, obter a formação de que carecem".

Decorridos dois anos, o mesmo assunto veio a ser retomado em sessão de Câmara pelo Dr. Joaquim José Alves com a proposta de criação de bibliotecas nas diferentes freguesias da capital.

A concretização deste objectivo inicia-se em 1883, e curiosamente é em anexo às escolas municipais que nascem as primeiras bibliotecas designadas de bibliotecas populares municipais.

A primeira biblioteca popular, surge anexa à Escola Municipal nº 1, que a partir de 1938 é designada com o nome de Biblioteca de S. Lázaro, e ainda hoje existente.

Durante a Primeira República, que tem entre as suas principais preocupações a difusão e a democratização da cultura, a Câmara organiza novas bibliotecas populares, onde surgem as primeiras bibliotecas ao ar livre situadas em vários jardins da cidade.

Em 1928, sendo Presidente da Câmara Carlos Mardel Ferreira, juntamente com Joaquim José Alves, Elias Garcia, Theophilo Ferreira e Leça da Veiga, elementos da Comissão executiva deliberaram negociar a compra do Palácio Galveias, que em 1929 foi destinado a Arquivo, Biblioteca e Museu Municipal.

No dia 5 de Junho de 1931 é inaugurada solenemente a Biblioteca Municipal Central no Palácio Galveias, e aberta ao público no dia 22 do mesmo mês.

Seguem-se outras bibliotecas mais pequenas espalhadas em diferentes locais da cidade, as bibliotecas populares fixas, bibliotecas itinerantes instaladas em juntas de freguesia e por volta de 1960 aparecem as duas primeiras Bibliotecas Itinerantes - em automóvel.

Pode dizer-se que estes equipamentos tiveram um período áureo, mas experimentaram paragens, descontinuidade o que se traduz hoje na necessidade da reestruturação, desenvolvendo a aplicação das novas tecnologias, experimentando novos circuitos documentais e implementando novos suportes de informação, modernizando e conquistando novos espaços para a leitura e o lazer.

A REESTRUTURAÇÃO

Desta breve resenha histórica salienta-se a ligação Escola-Biblioteca.

De notar ainda que as bibliotecas municipais surgem do esforço conjunto de pedagogos e homens de acção política, o que se reflecte no seu perfil funcional: apoio aos estudantes e, sobretudo ao munícipe em geral "entre as classes desfavoráveis da fortuna", conferindo-lhes parte do seu carácter de bibliotecas públicas.

Nos nossos dias em que escasseiam as bibliotecas escolares e as que existem não estão devidamente equipadas, pensamos que continuar a estratégia de origem não só, não compromete os objectivos globais da leitura pública - atingir todo o leitor qualquer que seja a sua classe social, sexo ou idade - como os reforça.

Estamos convictos que se deve pensar a Biblioteca Pública como o equipamento cultural "local" por excelência.

Saliente-se ainda etapas que marcaram a dinâmica destas bibliotecas (reforma e movimentos dos últimos períodos do Liberalismo - 1930 - 1960), e a falta de investimento no sector nos últimos anos.

Assim, a rede actual apresentava algumas patologias nomeadamente os seus equipamentos inadequados, parte dos seus fundos documentais "envelhecidos", circuito documental pouco eficaz entre a Biblioteca Municipal Central e as anexas.

Deste modo o Pelouro da Cultura no prosseguimento de uma política de modernização das infra-estruturas culturais da cidade, ampliando a oferta de produtos culturais, traçou entre os seus objectivos:

- Construção de uma nova Biblioteca Municipal Central
- Optimização das bibliotecas anexas (populares fixas).

Quanto à nova Biblioteca Municipal Central existe um protocolo com o I.P.L.L. no âmbito do programa Bibliopolis.

O grupo de trabalho composto por elementos do I.P.L.L. e por Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa (Chefe de Divisão e um Técnico Superior de BAD) têm reunido essencialmente com o objectivo de definir que Biblioteca Municipal Central para Lisboa e onde. Envolveram-se ainda neste processo entidades como o Gabinete de Planeamento Estratégico e o Departamento da D.M.F.P.

Estudaram-se em alternativa duas hipóteses para a construção da Biblioteca Municipal Central: biblioteca de raiz ou adaptação de edifício municipal (Standard Eléctrica), tendo-se concluído que esta apresenta viabilidade.

Relativamente às anexas, tem-se desenvolvido um enorme esforço no sentido de uma optimização com base na modernização dos seus equipamentos, implementando uma nova concepção de biblioteca, nomeadamente com o desenvolvimento do livre acesso às estantes criando novos sectores e ampliando o parque informático.

Assim a reestruturação, em curso, contempla:

- beneficiação de infra-estruturas;
- modernização de equipamentos;
- nova política de aquisições;
- novos sectores audiovisual e infanto juvenil;
- catálogo colectivo informatizado da rede de bibliotecas;
- gestão integrada das rotinas da biblioteca pela aplicação de um esquema informático misto de dois sistemas (MS DOS e UNIX).

Queríamos ressaltar nesta comunicação, dois pontos, pelo que possam oferecer a quem interesse:

- tratamento técnico dos elementos audiovisuais;
- uma hipótese de informatização.

Relativamente á criação de novos sectores gostaríamos de realçar no audiovisual a nossa experiência sobretudo, no que respeita ao armazenamento e recuperação da informação.

AUDIOVISUAIS

CATALOGAÇÃO, ARMAZENAMENTO E RECUPERAÇÃO

Tendo sido adoptadas as regras ISBD (NBM), catalogou-se em formato Unimarc.

Foi adoptada a folha de registo NML do programa Mini-Micro CDS/ISIS.

Consideramos os seguintes pontos de acesso:

- Titulos
- Autores - compositores, orchestra, director de orchestra, coros, director de coros, intérpretes, solistas.

Todavia é relativamente ao armazenamento e recuperação de informação que o modelo construído poderá ser mais singular.

Por analogia com os espaços distintos para as monografias e o material não livro (discos, discos compactos, cassetes, audiovisuais) pensamos em nome de uma maior eficácia, num sistema de classificação 'mais consentâneo com estes suportes de informação e, logo diferentes do das monografias, embora salvaguardando uma unidade metodológica no que se refere à globalidade do fundo documental da(s) biblioteca(s).

Assim, os sistemas adoptados têm características similares à CDU, quanto à sua estrutura hierárquica e decimal.

Para o tratamento dos fonogramas foi adoptada a classificação das bibliotecas e videotecas da cidade de Paris (BDVP) - V. Para os videogramas foi escolhida a classificação por géneros propostos pela Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF).

Neste último caso, estamos perante uma tabela de classificação concebida para o tratamento de monografias sobre cinema, mas que também se utiliza para a classificação dos próprios documentos audiovisuais, em virtude de haver uma correspondência estreita com os géneros dos próprios filmes.

As notações atribuídas são registadas no campo 686 (campo indicado para outras classificações numéricas), seguidas da designação BDVP ou FIAF. De qualquer forma e salvaguardando o estatuto de cooperante da BMC em relação à Porbase, preenche-se igualmente o campo 675 (destinado às notações da CDU) com a indicação 086.7 para documentos sonoros ou registos sonoros e 086.8 para documentos audiovisuais, videotapes, etc.

1. INFORMATIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

1.1. Nota introdutória

Planear é uma tarefa complexa porque multidisciplinar

Planear a informatização das bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa de modo a criar um sistema de informação coerente, exequível a curto prazo, credível na sua funcionalidade e necessariamente flexível para suportar futuros desenvolvimentos é um desafio à Instituição e às pessoas.

Propomos uma solução. Naturalmente outras seriam possíveis.

A solução que apresentamos foi profundamente reflectida.

Tivemos em conta interesses de ordem económica, investimentos já realizados em equipamentos e formação, conhecimentos adquiridos, experiência vivida, ligação à PORBASE, resultados obtidos.

Salientamos que a Informatização das Bibliotecas Públicas da Câmara Municipal de Lisboa em questão deve ultrapassar a simples situação de integração numa grande rede de telecomunicações, onde a maioria das bibliotecas a nível Nacional se encontra ligada a um mesmo computador.

É importante que se desenvolva uma autonomia dos catálogos, não só para prevenir os problemas consequentes de um catálogo em linha, mas ainda porque a rentabilidade que se deseja alcançar passa pela coordenação em bloco de todas as rotinas das bibliotecas, isto é, passa pela sua gestão integrada.

O facto da Biblioteca Municipal Central ser já um parceiro da PORBASE, permitir-lhe-á (em condições a negociar) usufruir dos registos armazenados no computador de grande porte (GEAC). Assim poder-se-á através da importação dos registos referentes ao Depósito Legal, criar catálogos autónomos, sem que isso implique grande aplicação quer em recursos humanos, quer de equipamento.

2. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

A informatização da rede de bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa assume-se como um projecto global a desenvolver a curto prazo.

Num futuro próximo será desejável que o Arquivo Histórico, o Museu da Cidade, a Livraria Municipal reflectam sobre o interesse de aderirem a este projecto de modo a constituir-se um autêntico sistema integrado de gestão da informação cultural municipal.

A ligação da rede de bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa ao ambiente exterior será objecto de protocolos específicos a estabelecer de acordo com prioridades consideradas caso a caso.

A ligação permanente à PORBASE é assumida como preferencial.

3. COMPOSIÇÃO DA REDE DE BIBLIOTECAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A rede de bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa é composta pela Biblioteca Municipal Central-Palácio Galveias e Hemeroteca - bibliotecas populares fixas e bibliotecas móveis e itinerantes.

A rede tem um núcleo central e núcleos periféricos.

O núcleo central é constituído pela biblioteca do Palácio Galveias e Hemeroteca.

Os núcleos periféricos são constituídos pelas bibliotecas populares fixas, bibliotecas móveis e itinerantes.

Gabinete de Referência Cultural para Deficientes, que funciona provisoriamente num dos núcleos periféricos.

4. O MINI - MICRO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A Câmara Municipal de Lisboa através da Biblioteca Municipal Central - Hemeroteca, e a Biblioteca do Palácio Galveias - está desde a primeira hora com o Mini - Micro.

Investiu-se em algum equipamento e em formação de recursos humanos.

Fez-se a ligação via Telepac à base de dados da Biblioteca Nacional.

Mais recentemente duas bibliotecas fixas (Penha de França e Camões já possuem este equipamento).

5. PRIORIDADES NO PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO

A necessidade urgente de dispor de informação actualizada e o volume de documentação a tratar no Palácio Galveias e Hemeroteca e, por outro lado, exigências de projecto de modernização de algumas bibliotecas populares fixas, levam-nos a estabelecer algumas prioridades no projecto de informatização num sistema multiposto e em rede.

6. EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

6.1. Critérios de selecção

A selecção de equipamento informático foi norteadada por critérios rígidos de avaliação. Foram ponderados, entre outros, os seguintes factores:

- Volume de informação a integrar no sistema;
- Autonomia de cada sector no que concerne à gestão dos equipamentos e informação própria;
- Possibilidade de expansão face à hipótese de criação de um sistema integrado de gestão da informação autárquica;
- Compatibilidade com software e normas de catalogação adoptadas nas bibliotecas públicas da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em linha de conta a nossa integração na Base de Dados Bibliográficos Nacional PORBASE;
- Custos de equipamento;
- Aproveitamento de equipamento existente

6.2. Porte do equipamento

Analisados os dados relativamente a:

- Volume de informação existente - Na Biblioteca Municipal Central e Biblioteca Itinerante e Fixas ascende a 400.000 volumes;
- Número de leitores (média 60/dia); por biblioteca
- Bibliotecas existentes (10+2);

Considerando que um sistema multiposto normal comporta 20 terminais e, que o volume de registos suportado por um sistema como o Mini-Micro CDS/ISIS pode comportar 16.000.000.000 de unidades com um disco de 500 Mg;

Considerando por outro lado que já existem alguns computadores, que poderão distribuir-se às bibliotecas fixas, o parque informático que suportará a rede de bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa será constituído por:

- 1 sistemas multiposto
- Redes locais
- Microcomputadores compatíveis IBM

7. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO E PROGRAMAS A ADOPTAR

Face à evolução da informática documental na Europa comunitária, Portugal encontrava-se em 1986 num estágio primário de desenvolvimento, como todos sabemos.

Hoje, grande número de bibliotecas estão informatizadas, dezenas de arquivos também e, em fase de lançamento, os museus.

Este saldo qualitativo verificado num curto espaço de quatro anos só foi possível graças à vontade férrea de uma equipe da Biblioteca Nacional que apostou na modernização da informação e que para tanto, escolheu o Mini - Micro CDS / ISIS da UNESCO como software de base para esse grande projecto de informatização.

Assim as bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa reconhecem neste software grande oportunidade para informação da rede porque:

- é garante de qualidade, dada a credibilidade da UNESCO;
- amigável para os utilizadores;
- meio de comunicação privilegiado para comunicação e cooperação inter-instituições nacionais e estrangeiras;
- apoiado pela Biblioteca Nacional e UTILISIS;
- motivador de constituição de empresas para desenvolvimento de programas de gestão integrada;
- aglutinador de equipes peritas em informática para assessoria e formação
- adaptar-se a todo o tipo de equipamentos: micro-computadores, multiposto mainframe;

8. CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO

BIBLIOTECA MUNICIPAL CENTRAL

Palácio Galveias

- Sistema multiposto Unix ou Vax
- Rede local com PC(s) de 20 mg.

Hemeroteca

- Rede local com PC(s)
- Bridge

BIBLIOTECAS POPULARES FIXAS

- Microcomputadores de 80/100 e em alguma das bibliotecas, consoante a sua configuração, redes locais.

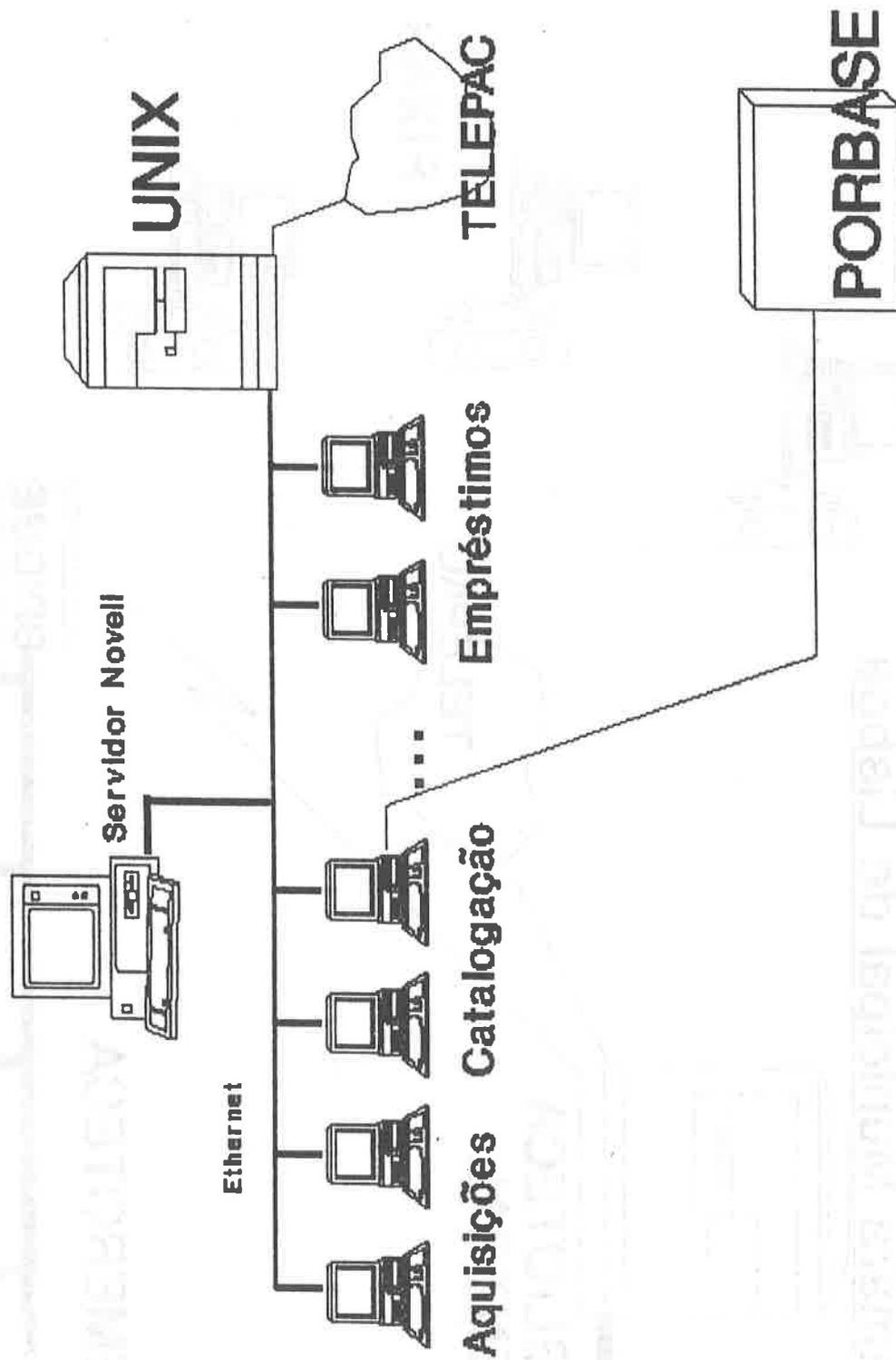
BIBLIOTECAS ITINERANTES

- Microcomputador

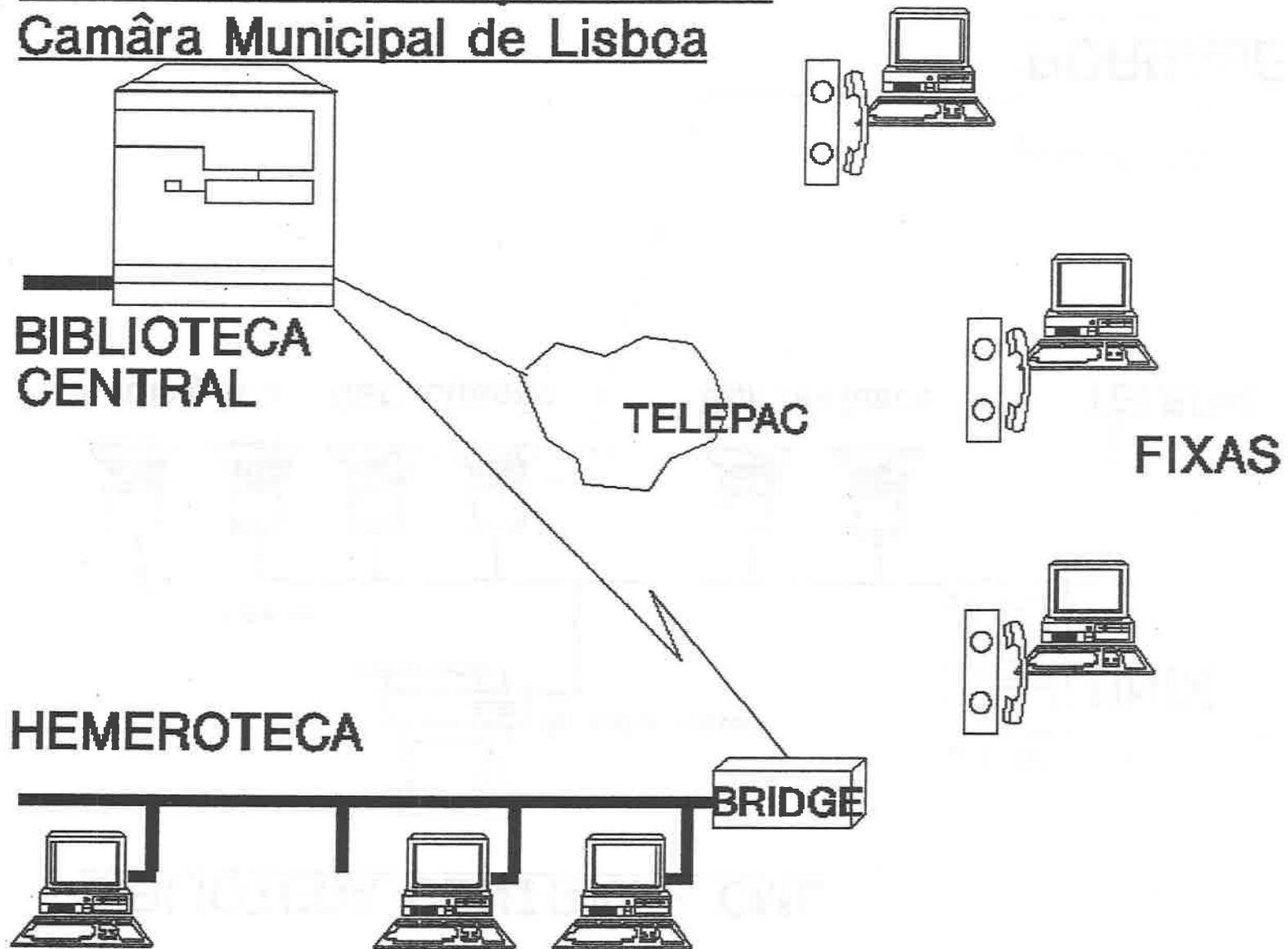
GABINETE DE REFERÊNCIA CULTURAL

- Microcomputador

BIBLIOTECA CENTRAL - CML



Sistema de informação cultural Camãra Municipal de Lisboa



Este esquema genérico poderá em alguns casos ter de ajustar-se às características de cada biblioteca através do recurso a redes locais com um servidor.

Tentar-se-á assim que cada biblioteca - Fixas, Itinerantes, Central (Galveias e Hemeroteca) - consiga uma determinada autonomia de modo a excluir a dependência total de um único sistema central.

Desta forma garante-se uma segurança dos dados, pois em caso de avaria do sistema central, cada biblioteca tem acesso aos próprios registos.

Os registos serão todavia integrados num sistema multiposto que permita a disponibilização de um catálogo colectivo municipal.

A colaboração com a PORBASE fica também equacionada de forma a que o catálogo colectivo municipal seja apenas uma fonte de informação complementar e dirigida aos munícipes, deixando para a PORBASE a vocação do catálogo Nacional. Isto porque para o caso da bibliografia Nacional maioritária nas bibliotecas municipais, seria impensável colocar todas as cotas onde os livros existem. Só a nível Nacional há 14 bibliotecas depositárias de Depósito Legal.

O Sistema Unix ou Vax, será apenas utilizado para pesquisa, enviando as bibliotecas os seus registos em disquete que serão validados para detectar duplicações.

Cada biblioteca acede ao sistema central para verificar se os dados existem e, nesse caso copia o registo e adiciona-lhe a sua cota.